



EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ**, através de seu Pregoeiro, nomeado nos termos da portaria nº 18.805/2023, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** objetivando o **Registro de Preços** de acordo com as disposições constantes do edital e seus respectivos anexos. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 6.571/2019, Decreto nº 3.237/2005 e na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e suas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 93/2022

PROCESSO: Nº 1055/2022

TIPO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto (Decreto nº10.024 de 20 de setembro de 2019)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 11h00min do dia 13/01/2023 às 08h45min do dia 01/03/2023

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 09h15min do dia 01/03/2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h20min do dia 01/03/2023

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br - "Acesso Identificado"

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste o "**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**", de acordo com o Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e respectivos anexos.

1.2. Para o objeto licitado haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a Prefeitura de Tietê e a licitante classificada em primeiro lugar.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência, ainda que o término da entrega dos objetos esteja previsto para data posterior à de seu termo final.

2. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias úteis, contados do recebimento do Empenho e autorização de fornecimento, pela empresa selecionada.



2.2. O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original da fábrica, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura nas dependências do Almojarifado Central, situado Rua Marcos Marcus, 600, Bairro: Barra funda, CEP: 18.530-000, no horário de 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 16:00h.

2.3. Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo **RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO**.

2.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. Em decorrência da baixa complexidade do objeto licitado, **Não será exigida amostra do objeto ofertado, contudo as empresas vencedoras deverão apresentar catálogo descritivo da marca e produto ofertado para diligência de compatibilidade com o termo antes da homologação do processo.**

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. No exercício de 2022, as despesas correrão à conta da dotação orçamentária consignada no respectivo Orçamento-Programa.

3.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**, (www.bll.org.br).

4.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bll.org.br).



5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano contado a partir de xx/xx/xxxx.

5.2. A Administração não estará obrigada a utilizar a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente.

5.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados não poderão estar superiores aos praticados no mercado, ficando a DETENTORA, em caso de redução, ainda que em caráter temporário, obrigada a comunicar ao gestor designado ou ao órgão elaborador da Ata de Registro de Preços o novo preço, que substituirá o preço então registrado.

5.4. Independente de solicitação da DETENTORA, o preço registrado e constante desta Ata poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a DETENTORA para estabelecer o novo valor.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6.2. No ato do cadastramento da proposta, não poderá haver identificação da participante, para não ser desclassificado pela identificação da mesma, assim, se por qualquer motivo não cumprir o estabelecido em edital, a Administração poderá adquirir do segundo colocado e, assim, sucessivamente.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que possuam objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

7.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**. (www.bll.org.br).

7.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



7.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, dissolução ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

7.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, (www.bll.org.br), até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

8. INFORMAÇÕES

8.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Tietê através do telefone nº (15) 3285-8755 ou através do e-mail licitacao@tiete.sp.gov.br.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

9.1.1. O Sr. Pregoeiro decidirá sobre a impugnação em *até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas*.

9.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

9.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão, observado o disposto no § 3º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

10.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.6 “a”**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

10.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e



Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

- 10.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 10.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.
- 10.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados.

11. PARTICIPAÇÃO:

- 11.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecido.
- 11.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 11.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões** através do e-mail **contato@bll.org.br**.

12. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 12.1. **Proposta Comercial** conterà a proposta comercial, que deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, devendo-se seguir necessariamente o modelo padrão constante do Anexo II deste edital.

13. Da proposta comercial:



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



13.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

13.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à licitante reivindicar custos adicionais, bem como futuros reajustes.

13.3. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

13.4. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

13.5. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

13.6. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informada a **MARCA** dos produtos ofertados. A não inserção da marca dos produtos neste campo, implicará em possível **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

13.6.1. Quando a marca do objeto identificar o Licitante, poderá o mesmo usar a indicação de: "Marca Própria".

13.6.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **Anexo I**.

13.7. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

13.8. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

13.8.1. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

13.8.2. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

13.8.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.



13.8.4. Que identifiquem o licitante.

14. Documentos de Habilitação - Os documentos de Habilitação referem-se à Qualificação Técnica, à Qualificação Econômica – Financeira, à Regularidade Fiscal, ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e Habilitação Jurídica.

14.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consiste em:

14.1.1. Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove (em) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devendo ser apresentado no mínimo 1 (um) atestado.

14.1.2. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia.

14.2. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA é a seguinte:

14.2.1. **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento;

14.2.1.1. Nos casos de Recuperação Judicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

14.3. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL é a seguinte:

14.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

14.3.2. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

14.3.3. Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **ou** Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;



14.3.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

14.3.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

14.3.6. Declaração assinada pelo responsável da licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre à menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4. Referente às certidões constantes no item 14.3. serão aceitas Certidões **POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA.**

14.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, sendo a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que a declarou vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Tietê, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

15. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consiste em:

15.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

15.1.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

15.1.2.1. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a licitante deverá apresentar além do **Item 15.1.2.** - Certidão expedida pela Junta Comercial, comprovando a situação de ME ou de EPP.

15.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.



15.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.1.5. Certificado do MEI, no caso de Microempreendedor Individual.

15.1.6. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

16. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

16.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

16.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

16.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

16.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16.5. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital e, não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificadas.

16.6. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

16.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

16.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.



16.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

16.10. A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa aberto, sendo que durante dez (10) minutos serão dados lances livres, abertos e sucessivos e, havendo lances nos últimos dois (2) minutos da disputa, a etapa será automaticamente prorrogada por mais dois (2) minutos. Quando não houver novo lance, passados os dois (2) min últimos, o sistema encerrará a competição.

16.11. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta (30) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

16.12. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

16.13. Após a fase de HABILITAÇÃO, o pregoeiro irá conferir a documentação do licitante vencedor encaminhada no ato de cadastro de sua proposta de participação. Caso não tenha problema com documentação do licitante vencedor o processo seguirá para as fases do sistema até que seja feita HOMOLOGAÇÃO pela AUTORIDADE COMPETENTE.

16.14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

16.15. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

16.16. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.



16.17. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

16.17.1. Visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, deverá ser apresentada Declaração de ME/EPP.

17. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

17.1. Para julgamento será adotado o critério de menor preço por item, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

17.2 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS ME/EPP:

17.2.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 17.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

17.2.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 17.2.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.



17.3. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

17.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

17.5. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada será declarada vencedora do certame.

17.6. Proclamada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do comunicado feito pela Administração para apresentar suas contrarrazões, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

17.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

17.8. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

17.9. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

17.10. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

17.11. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

18.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.



18.3. Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

18.4. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pela equipe de apoio do pregoeiro.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/ quantidade de material e/ou descrição dos serviços executados mencionadas (os) neste termo de referência;

19.1.2. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

19.1.2.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;*

19.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

19.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital;

19.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

19.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.



19.1.8. Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, quando for o caso;

19.1.9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

19.1.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Prefeitura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. São obrigações da Contratante:

20.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

20.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

20.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

20.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

20.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

20.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

20.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

20.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS PENALIDADES

21.1. **Para licitante vencedora:**

21.1.1. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia, até 10 (dez) dias de atraso na entrega dos produtos.



21.1.2. Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, a Prefeitura aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantida a defesa prévia:

21.1.2.1. Advertência;

21.1.2.2. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia de atraso, até 10 (dez) dias, pela não substituição dos produtos que não estiverem de acordo com o aqui exigido.

21.1.2.3. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente a cada interrupção no fornecimento, até 10 (dez) dias e por até 02 (duas) vezes consecutivas, levando após a rescisão.

21.1.2.4. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia, até 10 (dez) dias pelo descumprimento a qualquer outra cláusula.

21.1.3. Decorridos os dez dias previstos no item 21.1.1 e subitens, ou em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a Prefeitura a aplicar as sanções aqui previstas podendo a ata de registro ou instrumento equivalente ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

21.1.4. A recusa da detentora em assinar a ata de registro de preços, ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo aqui previsto, caracterizará descumprimento integral das obrigações aqui assumidas, sujeitando-a ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta.

21.1.4.1. Na hipótese do subitem 21.1.4 a Prefeitura poderá convocar a empresa imediatamente classificada ou revogar a licitação sem que caiba aos licitantes direito a indenização de qualquer espécie (artigos 64 e 81 da LEI 8.666/93).

21.2. Sem prejuízo das sanções previstas no item 21 e subitens, poderão ser aplicadas à inadimplente, outras contidas na LEI 8.666/93 e 10.520/02.

22. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Prefeitura de Tietê reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da Ata de Registro, observado a hipótese prevista no item 21.1.3;
- c) a subcontratação ou cessão da Ata de Registro;



- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

22.2. A Prefeitura de Tietê poderá, também, rescindir a futura Ata de Registro, independentemente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 22.1, por mútuo acordo.

22.3. Rescindido a Ata, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do subitem 22.1, a adjudicatária sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da ata de registro, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a gestão da Prefeitura de Tietê, os produtos já entregues, podendo a mesma, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a adjudicatária seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura de Tietê, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, após a entrega do (s) produto (s) e a apresentação do Documento Fiscal, conferido e liberado pelo Departamento responsável.

23.2. Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº. da Agência Bancária e nº. da Conta Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

23.3. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

23.4. O atraso no pagamento dos documentos fiscais/fatura acarretará na aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o limite de 1% (um por cento), sobre o valor do documento.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

24.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.



24.3. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, é facultada ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.4. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

25. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Nos termos do Artigo 67 da Lei 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta ata de registro ficará a cargo da Secretaria de Serviços, através de servidor (es) designado (s).

25.1.1. Secretaria de Serviços: Sra. Thais Gaspi Silva Bueno de acordo com a Portaria nº 18.029/2022.

25.2. As atribuições do Gestor estão definidas no Decreto nº 7.183/2022.

26. DOS ANEXOS

26.1. Constituem anexos deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo Padrão de Proposta Comercial

Anexo III – Modelo de Declaração - Unificada

Anexo IV – Minuta do Termo da Ata de Registro de Preços

Tietê, 13 de fevereiro de 2023

Leonardo Miguel Campos
Pregoeiro

Vlamiir de Jesus Sandei
Prefeito



ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. Pregão de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE *PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES* para atender às necessidades das **Secretarias Municipais** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto a ser adquirido nesse processo enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3. O ordenamento das propostas será pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras de modo geral e para contratação de bens e serviços.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição do objeto se justifica pela necessidade imediata de substituição e manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, das diversas secretarias relacionados a mesma, considerando também que durante o período de 04 meses para aquisição destes.

2.2. A estimativa da quantidade a ser adquirida/contratada baseou-se na quantidade apresentada pelas secretarias para o período de 12 meses.

2.3. O objetivo da contratação, visa suprir a necessidade imediata de substituição de pneus bem como ao longo do período estimado das diversas secretarias do município.

3. DO PRAZO DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias úteis, contados do recebimento do Empenho e autorização de fornecimento, pela empresa selecionada.

3.2 O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original da fábrica, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura nas dependências do Almoxarifado Central, situado Rua Marcos Marcus, 600, Bairro: Barra funda, CEP: 18.530-000, no horário de 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 16:00h.

3.3 Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo **RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO.**



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



3.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6 Em decorrência da baixa complexidade do objeto licitado, **Não será exigida amostra do objeto ofertado, contudo as empresas vencedoras deverão apresentar catálogo descritivo da marca e produto ofertado para diligência de compatibilidade com o termo antes da homologação do processo.**

4. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

4.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ter garantia mínima de 12 meses, contada do recebimento definitivo do material, seja pelo fornecedor ou fabricante do produto, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

4.2 Durante o período de garantia a contratada obrigará-se a substituir por produto tecnologicamente equivalente ou superior ou reparar, sem ônus para a prefeitura, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização, que não mais exista no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.

4.3 O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas instalações do almoxarifado central.

4.3.1 O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação.

5. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/ quantidade de material e/ou descrição dos serviços executados mencionadas (os) neste termo de referência;

5.1.2. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

5.1.2.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital;

5.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

5.1.8. Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, quando for o caso;

5.1.9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

5.1.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Prefeitura.



6. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

6.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. Da Especificação do Objeto

7.1. O TERMO DE REFERÊNCIA é o determinante para o enquadramento do objeto não devendo haver divergências deste com o objeto ofertado, sob a penalização de desqualificação do item no certame.

7.2. Os licitantes poderão apresentar os catálogos técnicos/folders, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados afim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado. Caso este catálogo seja montado em programas de computador pela licitante, este deverá conter, além dos dados técnicos do objeto, slogan e CNPJ do fabricante em conjunto com os dados da licitante.

7.3. Abaixo, Memorial Descritivo dos itens a serem licitados:



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Pneu para carro de porte médio. Uso urbano. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/70-R13.	Unidade	54
2	Pneu para carro médio e compacto. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 195/55 R-16.	Unidade	8
3	Indicado Para Veículos De Alta Perfomance com índice de carga 91w, Projetado Para Oferecer Boa Qualidade De Condução E Desempenho Em Estradas Secas E Molhadas. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/45 R-17	Unidade	8
4	Pneu para carro médio e/ou compacto. Resistente a choques. Estabilidade alta. Boa aderência. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185/65-R14.	Unidade	28
5	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 165/70-R13.	Unidade	81
6	Pneu para moto. Todos os tipos de terreno. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Construção diagonal. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Dianteiro 2.75-18.	Unidade	6
7	Pneu para moto. Uso urbano. Construção diagonal. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: Traseiro 90X90X18.	Unidade	6
8	Pneu para veículos médios e compactos de uso urbano. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 195/65 - R15.	Unidade	40



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



9	Pneu para micro-ônibus com trajeto em estrada de terra e asfalto (Misto). Para 8 lonas. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 215/75-R17.5. 16 lonas	Unidade	94
10	Pneu para veículo tipo "Kombi", com carga de oito lonas. Estabilidade alta. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185-R14.	Unidade	44
11	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/70-R14.	Unidade	57
12	Pneu para carro médio e/ou compacto. Resistente a choques. Estabilidade alta. Boa aderência. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185/65-R15.	Unidade	28
13	Pneu para carro de uso em pistas urbanas com boa performance em pistas secas e molhadas. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 205/75-R16.	Unidade	52
14	Pneu para pequenos caminhões, misto estrada e off-road ou reboque. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 275/80 R22.5 16 Lonas	Unidade	80
15	Pneu para veículo de carga, tipo "caminhonete" com trajeto em estrada de terra e asfalto (misto). Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Sendo modelo: 7.50-R16 - LISO	Unidade	52
16	Pneu para ônibus e caminhão (transporte de carga), com trajeto em estrada de terra e asfalto (Misto e RADIAL). Com sulcos e lâminas transversais. Carcaça de nylon. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Índice de Velocidade K, Índice de Carga 142/146 Modelo: 1000/20.	Unidade	116



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



17	Câmara Modelo 7.5 R16 Material: Borracha Material do bico: Ferro Compatível: 700/750x16 Possuir certificação do INMETRO	Unidade	70
18	Câmara Modelo: 1000/20. Resistência ao Calor Válvula: TC 131 / TR-78 Peça Nova Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	136
19	Protetor de Câmara Modelo 7.5 R16 NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSE QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM. COMPATIVEL COM AS MEDIDAS PNEU 16 650-16, 700-16, 750-16	Unidade	70
20	Protetor de Câmara Modelo: 1000/20. PROTECTOR PARA CÂMARA DE AR USO EM CAMINHÃO PNEUS ARO 20 1000X20 Peça nova NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR PESO APROXIMADO: 2,365 GRAMAS É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSE QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM.	Unidade	136
21	Pneu para tipo hatch e sedãs. Uso urbano. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/65-R14.	Unidade	26
22	Pneu para veículo tipo "van", Uso urbano. Radial. Estabilidade alta. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 225/70-R15 com carga de oito lonas.	Unidade	8
23	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 165/70-R14.	Unidade	28



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



24	Pneu para moto. Todos os tipos de terreno. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Construção diagonal. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: Dianteiro 90X90X19.	Unidade	2
25	Câmara Modelo 90x90x18. Peça Nova ,Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	4
26	Câmara Modelo: Dianteiro 2.75-18. Peça Nova Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	4
27	Pneu para veículos médios tipo sedan e hatch. Alta aderência. Estabilidade em Piso Molhado. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/65 R-16.	Unidade	56
28	Pneu para uso em motos de baixa cilindrada com câmara. Diagonal. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: traseiro 3.50 R-16.	Unidade	2
29	Pneu para veículos médios tipo sedan e hatch. Alta aderência. Estabilidade em Piso Molhado. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/50 R-17	Unidade	4
30	Pneu para carros de tração (lama e terra). Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/75 R-16 118R.	Unidade	24
31	Pneu desenvolvido principalmente para caminhonetes e SUVs. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo 265/70 – R16	Unidade	16
32	Pneu agrícola. Velocidade: 32 km/h. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 18.4-30. 12 Lonas	Unidade	2
33	Pneu para veículo de carga, tipo "caminhonete", com trajeto em estrada de terra e asfalto (misto). Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 7.50-16 - MISTO	Unidade	20



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



34	Pneu para caminhões e Onibus. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 900/20 14 lonas.	Unidade	14
35	Pneu Agrícola, retroescavadeira. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 12.5/80-18 mínimo 12 Lonas.	Unidade	6
36	Pneu Agrícola Industrial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 16.9X28 – TRAS 12 Lonas	Unidade	2
37	Pneu para tratores agrícolas, especificamente para rodas tração regular. Possui barras longas que proporcionam maior poder de tração com resistência contra derrapagens. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo 14.9-24 – DIANT 12 lonas	Unidade	12
38	Pneu Agrícola Industrial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo. índice de velocidade A6 18.4-34 – TRASEIRO 12 Lonas	Unidade	16
39	Pneu destinado a mini carregadeira e retroescavadeira. Possui uma estrutura reforçada na lateral e compostos com maior resistência a perfurações e cortes. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO Modelo: 10X16.5 NHS	Unidade	8
40	Câmara Modelo T1400x24 Para pneus de motoniveladora Peça nova Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30
41	Câmara Modelo 17.5x25 Tipo de válvula: TR-220 Bico: Metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	50



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



42	Câmara Modelo 14.9-24 Material: Borracha alta resistência Resistente ao calor Bico em metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30
43	Câmara Modelo 18.4-34 Material: Borracha alta resistência Resistente ao calor Material: Borracha Bico em metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30
44	Protetor de Câmara Modelo T1400x24 PROTECTOR PARA CÂMARA DE AR USO EM MOTONIVELADORA Peça nova NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR PESO APROXIMADO: 2,365 GRAMAS É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSE QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM.	Unidade	30
45	Protetor de Câmara Modelo 17.5x25 PROTECTOR R - 25 - ARO 25 - C/ FURO CENTRAL LARGURA: 380 mm ESPESSURA: 6mm PESO: 6,300 Kgs PEÇA NOVA	Unidade	50
46	Pneu para pequenos caminhões. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 235/75 R-17.5 16 lonas	Unidade	12
47	Pneu para motoniveladora. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: T1400X24X16Lonas.	Unidade	16
48	Pneu para pá carregadeira. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Com garantia mínima de 05 anos. Modelo: 17.5X25 G2 16 Lonas.	Unidade	34



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



7.4. O Valor global estimado da aquisição é de: R\$ 1.893.373,38 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor
1	Pneu para carro de porte médio. Uso urbano. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/70-R13.	Unidade	54	292,73
2	Pneu para carro médio e compacto. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 195/55 R-16.	Unidade	8	479,51
3	Indicado Para Veículos De Alta Performance com índice de carga 91w, Projetado Para Oferecer Boa Qualidade De Condução E Desempenho Em Estradas Secas E Molhadas. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/45 R-17	Unidade	8	640,00
4	Pneu para carro médio e/ou compacto. Resistente a choques. Estabilidade alta. Boa aderência. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185/65-R14.	Unidade	28	392,00
5	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 165/70-R13.	Unidade	81	465,40
6	Pneu para moto. Todos os tipos de terreno. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Construção diagonal. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Dianteiro 2.75-18.	Unidade	6	229,61
7	Pneu para moto. Uso urbano. Construção diagonal. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: Traseiro 90X90X18.	Unidade	6	211,60



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



8	Pneu para veículos médios e compactos de uso urbano. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 195/65 - R15.	Unidade	40	689,70
9	Pneu para micro-ônibus com trajeto em estrada de terra e asfalto (Misto). Para 8 lonas. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 215/75-R17.5. 16 lonas	Unidade	94	893,33
10	Pneu para veículo tipo "Kombi", com carga de oito lonas. Estabilidade alta. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185-R14.	Unidade	44	574,13
11	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/70-R14.	Unidade	57	469,00
12	Pneu para carro médio e/ou compacto. Resistente a choques. Estabilidade alta. Boa aderência. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 185/65-R15.	Unidade	28	512,00
13	Pneu para carro de uso em pistas urbanas com boa performance em pistas secas e molhadas. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 205/75-R16.	Unidade	52	656,00
14	Pneu para pequenos caminhões, misto estrada e off-road ou reboque. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 275/80 R22.5 16 Lonas	Unidade	80	2.697,50
15	Pneu para veículo de carga, tipo "caminhonete" com trajeto em estrada de terra e asfalto (misto). Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Sendo modelo: 7.50-16 - LISO	Unidade	52	2.391,77



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



16	Pneu para ônibus e caminhão (transporte de carga), com trajeto em estrada de terra e asfalto (Misto E RADIAL). Com sulcos e lâminas transversais. Carcaça de nylon. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Índice de Velocidade K, Índice de Carga 142/146 Modelo: 1000/20 .	Unidade	116	3.578,00
17	Câmara Modelo 7.5-16 Material: Borracha Material do bico: Ferro Compatível: 700/750x16 Possuir certificação do INMETRO	Unidade	70	84,69
18	Câmara Modelo: 1000/20. Resistência ao Calor Válvula: TC 131 / TR-78 Peça Nova Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	136	250,00
19	Protetor de Câmara Modelo 7.5-16 NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSE QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM. COMPATIVEL COM AS MEDIDAS PNEU 16 650-16, 700-16, 750-16	Unidade	70	65,00
20	Protetor de Câmara Modelo: 1000/20. PROTECTOR PARA CÂMARA DE AR USO EM CAMINHÃO PNEUS ARO 20 1000X20 Peça nova NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR PESO APROXIMADO: 2,365 GRAMAS É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSE QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM.	Unidade	136	210,50
21	Pneu para tipo hatch e sedãs. Uso urbano. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 175/65-R14.	Unidade	26	289,00
22	Pneu para veículo tipo "van", Uso urbano. Radial. Estabilidade alta. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 225/70-R15 com carga de oito lonas.	Unidade	8	710,55



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



23	Pneu para carros de baixa a máxima potência em trajetos urbanos. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 165/70-R14.	Unidade	28	336,90
24	Pneu para moto. Todos os tipos de terreno. Estabilidade em piso molhado. Precisão de manobras. Construção diagonal. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: Dianteiro 90X90X19.	Unidade	2	510,00
25	Câmara Modelo 90x90x18. Peça Nova ,Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	4	65,25
26	Câmara Modelo: Dianteiro 2.75-18. Peça Nova Possuir Certificação Do INMETRO	Unidade	4	44,00
27	Pneu para veículos médios tipo sedan e hatch. Alta aderência. Estabilidade em Piso Molhado. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/65 R-16.	Unidade	56	1.145,10
28	Pneu para uso em motos de baixa cilindrada com câmara. Diagonal. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: traseiro 3.50 R-16.	Unidade	2	266,96
29	Pneu para veículos médios tipo sedan e hatch. Alta aderência. Estabilidade em Piso Molhado. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/50 R-17	Unidade	4	618,12
30	Pneu para carros de tração (lama e terra). Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 225/75 R-16 118R.	Unidade	24	1.081,00
31	Pneu desenvolvido principalmente para caminhonetes e SUVs. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo 265/70 – R16	Unidade	16	950,00
32	Pneu agrícola. Velocidade: 32 km/h. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 18.4-30. 12 Lonas	Unidade	2	4.949,50



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



33	Pneu para veículo de carga, tipo "caminhonete", com trajeto em estrada de terra e asfalto (misto). Radial. Certificação do INMETRO. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Modelo: 7.50-16 - MISTO	Unidade	20	3.828,50
34	Pneu para caminhões e Onibus. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 900/20 14 lonas.	Unidade	14	1.771,38
35	Pneu Agrícola, retroescavadeira. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 12.5/80-18 mínimo 12 Lonas.	Unidade	6	2.814,00
36	Pneu Agrícola Industrial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 16.9X28 – TRAS 12 Lonas	Unidade	2	3.530,32
37	Pneu para tratores agrícolas, especificamente para rodas tração regular. Possui barras longas que proporcionam maior poder de tração com resistência contra derrapagens. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo 14.9-24 – DIANT 12 lonas	Unidade	12	2.400,17
38	Pneu Agrícola Industrial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo. índice de velocidade A6 18.4-34 – TRASEIRO 12 Lonas	Unidade	16	5.915,20
39	Pneu destinado a mini carregadeira e retroescavadeira. Possui uma estrutura reforçada na lateral e compostos com maior resistência a perfurações e cortes. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO Modelo: 10X16.5 NHS	Unidade	8	1.814,25
40	Câmara Modelo T1400x24 Para pneus de motoniveladora Peça nova Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30	250,00



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



41	Câmara Modelo 17.5x25 Tipo de válvula: TR-220 Bico: Metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	50	599,00
42	Câmara Modelo 14.9-24 Material: Borracha alta resistência Resistente ao calor Bico em metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30	320,00
43	Câmara Modelo 18.4-34 Material: Borracha alta resistência Resistente ao calor Material: Borracha Bico em metal Possuir certificação do INMETRO	Unidade	30	529,37
44	Protetor de Câmara Modelo T1400x24 PROTECTOR PARA CÂMARA DE AR USO EM MOTONIVELADORA Peça nova NÃO INCLUSO CÂMARA DE AR PESO APROXIMADO: 2,365 GRAMAS É UMA CAPA PROTETORA, FEITA COM BORRACHA ESPESSA QUE PROTEGE A CÂMARA DE AR DAS IMPERFEIÇÕES DA RODA, DAS FALHAS NA REGIÃO DO TALÃO DO PNEU, DEFEITOS OU AVARIAS PELA RODAGEM.	Unidade	30	131,66
45	Protetor de Câmara Modelo 17.5x25 PROTECTOR R - 25 - ARO 25 - C/ FURO CENTRAL LARGURA: 380 mm ESPESSURA: 6mm PESO: 6,300 Kgs PEÇA NOVA	Unidade	50	242,90
46	Pneu para pequenos caminhões. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: 235/75 R-17.5 16 lonas	Unidade	12	982,50
47	Pneu para motoniveladora. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Modelo: T1400X24X16Lonas.	Unidade	16	5.337,50
48	Pneu para pá carregadeira. Radial. Pneu novo. Não remanufaturado. Não recauchutado. Não remoldado. Certificação do INMETRO. Com garantia mínima de 05 anos. Modelo: 17.5X25 G2 16 Lonas.	Unidade	34	5.741,37



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



7.5. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria.

7.6. A responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo é a servidora Thais Gaspi Silva Bueno, cujo endereço de e-mail é adm.servicos@tiete.sp.gov.br. Esta ficará responsável pelas informações técnicas necessárias para fiel cumprimento do objeto desta aquisição.

7.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

Luis Gonzaga Carniel
Secretário de Serviços Municipal



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



ANEXO II
MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 93/2022
Processo Administrativo nº 1055/2022

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

A licitante, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, propõe fornecer à Prefeitura do Município de Tietê, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, o objeto conforme discriminação abaixo:

“REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS”.

Item

Descrição

Quantidade

Marca

Valor Unitário

Valor Total

Valor Total da proposta R\$(por extenso).

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública do pregão.

Dados do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome:

Nacionalidade: Estado Civil: Profissão:

RG nº: CPF nº:

....., de de

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

R.G. nº.....Cargo:



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO - UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº 93/2022
Processo Administrativo nº 1055/2022

A LICITANTE (NOME), ENDEREÇO, CNPJ (SE FOR PESSOA JURÍFICA)

Declara para os devidos fins, nunca ter sido declarada inidônea para licitar e celebrar contratos com a administração pública, e que está de acordo com as exigências do presente Edital;

Declara sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988. **Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()**;

(Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara que cumpre os requisitos de Habilitação.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____é microempresa ou empresa de pequeno porte (manter uma das opções anteriores, somente), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão (somente declarar se a empresa se enquadrar no porte de microempresa ou empresa de pequeno porte).

(local e data)
(representante legal)



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ

CONTRATADA:

PREGÃO Nº: 93/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1055/2022

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Tietê, Estado de São Paulo, as partes de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Praça Dr. J. A. Corrêa, nº 01, Centro, Tietê/SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 46.634.598/0001-71, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **Vlami de Jesus Sandei**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representada por, portador da Cédula de Identidade R.G. nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar a presente Ata de Registro de Preços, em face do resultado do **Pregão**, que se regerá pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, observado a lei federal nº 10.520/02, que regulamentou o Pregão, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é o “**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**”, de acordo com o Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e respectivos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. No exercício de 2022, as despesas correrão à conta da dotação orçamentária consignada no respectivo Orçamento-Programa;

2.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias úteis, contados do recebimento do Empenho e autorização de fornecimento, pela empresa selecionada.

3.2. O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original da fábrica, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura nas dependências do Almoxarifado Central,



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



situado Rua Marcos Marcus, 600, Bairro: Barra funda, CEP: 18.530-000, no horário de 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 16:00h.

3.3. Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo **RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO**.

3.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro.

3.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6. Em decorrência da baixa complexidade do objeto licitado, **Não será exigida amostra do objeto ofertado, contudo as empresas vencedoras deverão apresentar catálogo descritivo da marca e produto ofertado para diligencia de compatibilidade com o termo antes da homologação do processo.**

3.7. Esta Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano contado a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor desta Ata de Registro de Preços é de R\$ (valor por extenso).

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, após a entrega do (s) produto (s) e a apresentação do Documento Fiscal, conferido e liberado pelo Departamento responsável.

5.2. Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº. da Agência Bancária e nº. da Conta Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

5.3. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



5.4. O atraso no pagamento dos documentos fiscais/fatura acarretará na aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o limite de 1% (um por cento), sobre o valor do documento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/ quantidade de material e/ou descrição dos serviços executados mencionadas (os) neste termo de referência;

6.1.2. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

6.1.2.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;*

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

6.1.8. Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, quando for o caso;



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



6.1.9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

6.1.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

7.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia, até 10 (dez) dias de atraso na entrega dos produtos.

8.2. Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, a Prefeitura aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantida a defesa prévia:

8.2.1. Advertência;



Prefeitura do Município de Tietê

ESTADO DE SÃO PAULO



8.2.2. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia de atraso, até 10 (dez) dias, pela não substituição dos produtos que não estiverem de acordo com o aqui exigido.

8.2.3. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente a cada interrupção no fornecimento, até 10 (dez) dias e por até 02 (duas) vezes consecutivas, levando após a rescisão.

8.2.4. Multa de 1% (um por cento) do valor da ata ou instrumento equivalente por dia, até 10 (dez) dias pelo descumprimento a qualquer outra cláusula.

8.3. Decorridos os dez dias previstos no item 8.1 e subitem, ou em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a Prefeitura a aplicar as sanções aqui previstas podendo a ata de registro ou instrumento equivalente ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

8.4. A recusa da detentora em assinar a ata de registro de preços, ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo aqui previsto, caracterizará descumprimento integral das obrigações aqui assumidas, sujeitando-a ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta.

8.4.1. Na hipótese do subitem 8.4 a Prefeitura poderá convocar a empresa imediatamente classificada ou revogar a licitação sem que caiba aos licitantes direito a indenização de qualquer espécie (artigos 64 e 81 da LEI 8.666/93).

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item 8 e subitem, poderão ser aplicadas à inadimplente, outras contidas na LEI 8.666/93 e 10.520/02.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A Prefeitura de Tietê reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da Ata de Registro, observado a hipótese prevista no item 8.3;
- c) a subcontratação ou cessão da Ata de Registro;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

9.2. A Prefeitura de Tietê poderá, também, rescindir a futura Ata, independentemente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 9.1, por mútuo acordo.

9.3. Rescindida a Ata, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do subitem 9.1, a adjudicatária sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) calculado



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



sobre o valor total da ata de registro, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a gestão da Prefeitura de Tietê, os produtos já entregues, podendo a mesma, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a adjudicatária seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura de Tietê, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Nos termos do Artigo 67 da Lei 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta ata de registro ficará a cargo da Secretaria de Serviços, através de servidor (es) designado (s).

10.1.1. Secretaria de Serviços: Sra. Thais Gaspi Silva Bueno de acordo com a Portaria nº 18.029/2022.

10.2. As atribuições do Gestor estão definidas no Decreto nº 6.571/2019, de 07 de agosto de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tietê, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da Presente Ata de Registro de Preços.

11.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Tietê, ... de de

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ
CONTRATANTE

(RAZÃO SOCIAL)
CONTRATANTE

Testemunha 01
Nome:

Testemunha 02



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

ATA DE REGISTRO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Prefeitura do Município de Tietê
ESTADO DE SÃO PAULO



GESTOR (ES) DA ATA DE REGISTRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____